



## CONTRATO DE RATEIO Nº. 002/2025-ADM

### I - PARTES CONTRATANTES

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA MATA SUL - PORTAL SUL CONSÓRCIO**, associação pública, com personalidade jurídica de direito público integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, constituído nos termos da Lei Federal Nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto Nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, **CNPJ Nº 18.538.240/0001-00**, com endereço no Engenho Serra D'água, 271, Rio Formoso, Estado de Pernambuco, CEP 55570-000, representado por seu Presidente Senhor **MANOEL SOARES DE SOUZA FILHO**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF Nº 782.561.784-34, residente no Município Sirinhaém, neste Estado, doravante denominado **PORTAL SUL CONSÓRCIO**; doravante denominado **PORTAL SUL CONSÓRCIO**; e, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.111.631/0001-31, sediado na Praça Constantino Gomes, s/n, centro, São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco, neste ato representado por seu Prefeito Senhor **JOSÉ BARBOSA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado, CPF Nº 005.492.664-53, residente no Município de São José da Coroa Grande, neste Estado, doravante denominado **CONSORCIADO**, tendo entre si ajustado o que se segue:

### II - DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas de administração e manutenção do PORTAL SUL CONSÓRCIO entre os Municípios Consorciados nos termos do art. 8º. da Lei Federal Nº. 11.107/05.

**Parágrafo Único.** Consideram-se despesas do PORTAL SUL CONSÓRCIO para efeito deste contrato entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

1. Despesas de aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
2. Despesas de execução do objeto e das finalidades do PORTAL SUL CONSÓRCIO previstos no contrato de consórcio público;
3. Despesas de remuneração de seus servidores da administração geral, nela incluída as obrigações patronais, previdenciárias e fiscais;
4. Despesas necessárias ao suporte da prestação de serviços do PORTAL SUL CONSÓRCIO em favor do Município consorciado, exceto as despesas de execução dos contratos de programa os quais terão **contratos de rateios** específicos; e,
5. Despesas de aquisição de material de consumo e material permanente.

### III - DAS OBRIGAÇÕES

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao PORTAL SUL CONSÓRCIO recursos financeiros para custear as despesas consorciais, denominada de cota de rateio, conforme fixado em Assembleia Geral, devendo o **CONSORCIADO** repassar ao **PORTAL SUL CONSÓRCIO**, o valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) dividido em 12 (doze) cotas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).



**Parágrafo Primeiro** – O valor da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado por decisão fundamentada da Assembleia Geral para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **PORTAL SUL CONSÓRCIO** nas ações administrativas necessárias ao cumprimento do objeto do Consórcio, exceto as ações e serviços previstos em Contrato de Programa e respectivo Plano de Trabalho.

**Parágrafo Segundo** – Fica autorizado ao PORTAL SUL CONSÓRCIO utilizar como receita própria para o suporte das despesas arroladas na cláusula primeira:

*I - os repasses dos valores do Consorciado originado deste Contrato de Rateio, exceto os valores vinculados a execução dos Contratos de Programas com Contratos de Rateios específicos;*

*II - os auxílios, receitas de contratos, contribuições, convênios e subvenções celebrados por órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e multinacionais;*

*III - as rendas de seu patrimônio e da prestação de serviços, bem como, os rendimentos provenientes de aplicações financeiras e o produto da cobrança das taxas administrativas incidentes sobre a execução dos contratos de programas;*

*IV - os saldos dos exercícios financeiros;*

*V - as doações e legados;*

*VI - as rendas provenientes da alienação de bens;*

*VII - o produto de operação de crédito interna ou externa para financiamento de ações e atividades do Consórcio;*

*VIII - os usufrutos que lhe forem conferidos;*

*IX - O produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo consórcio; e,*

*X - outras receitas de diferentes origens.*

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor a ser repassado, mensalmente, pelo **CONSORCIADO**, deverá ser depositado na conta corrente **Nº 2424- 4** do **PORTAL SUL CONSÓRCIO**, junto ao Banco BRADESCO, **agência 6043** da cidade de Rio Formoso, ou outra conta que vier a ser indicada, até o dia 10 do mês subsequente.

#### **IV - DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA QUARTA** – O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o **CONSORCIADO** faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio no Estatuto do **CONSORCIO** e no Art. 8º § 5º, da Lei Federal Nº 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos)

#### **V - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA QUINTA** – O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA SEXTA** – As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do **CONSORCIADO**.





**Parágrafo Único** - A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem a devida e prévia dotação orçamentária, ou em desacordo com as formalidades legais previstas, especialmente no que tange ao cumprimento dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), configurará ato ilícito passível de responsabilização nos termos do artigo 10, inciso XI, da Lei Federal nº 8.429/92, com redação atualizada pela Lei nº 14.230/2021, quando caracterizado o dolo ou erro grosseiro por parte do gestor responsável.


**CLÁUSULA SETIMA** - O presente instrumento vigorará até **31 de dezembro de 2025**, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o **CONSORCIADO** deixar de integrar o PORTAL SUL CONSÓRCIO, desde que atendidas as formalidades estabelecidas nos arts. 8º, § 5º, 11 e 12, § 2º, da Lei Nº 11.107/05.


**VI - DO FORO**

As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Rio Formoso-PE para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

E por estarem juntos e acordados, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e formar na presença de duas testemunhas.

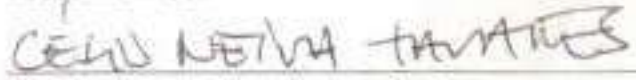
Rio Formoso - PE, 03 de janeiro de 2025

  
**MANOEL SOARES DE SOUZA FILHO**  
Presidente do CONSÓRCIO


  
**José Barbosa de Andrade**  
Prefeito de São José da Coroa Grande/PE

*Município de São José da Coroa Grande/PE  
Prefeito  
José Barbosa de Andrade*

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **CELSONERY DA SILVA**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF Nº: **246831004-78**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: **Insul Soares de Lira**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF Nº: **925566834-81**